

## 10 NOVEMBRO: JUSTIÇA FEDERAL NEGA PEDIDO DE MÁRCIO JERRY PARA RETIRAR PORTE DE ARMA DA DEPUTADA CARLA ZAMBELLI

*Posted on 10/11/2022 by Minuto Barra*



Os deputados Márcio Jerry(federal) e Rodrigo Lago(estadual) entraram na Justiça Federal em Brasília com uma ação pedindo a retirada do porte de arma de fogo da deputada federal Bolsonarista, Carla Zanbelli.

**Category:** [Notícias](#)

# MINUTO BARRA

A Justiça Federal em Brasília negou no último dia 3 de novembro um pedido feito pelos deputados Márcio Jerry(federal) e Rodrigo Lago(estadual), ambos do Maranhão, para que fosse retirado o porte de arma de fogo da deputada federal Bolsonaroista, Carla Zambelli.

Segundo os deputados, Zambelli não possui condição psicológica para usar arma de fogo. O pedido foi feito após Zambelli ter apontado uma arma de fogo contra um homem negro na cidade de São Paulo, dois dias antes do segundo turno das eleições.

Na sentença, a juíza federal Livia Kely Soares Vasconcelos disse que os deputados Márcio Jerry e Rodrigo Lago não possuem legitimidade para realizar tal pedido. No caso em questão, apenas o Estado(governo federal) poderia realizar tal pedido. Veja abaixo a sentença da juíza federal;

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Distrito Federal**  
**20ª Vara Federal Cível da SJDF**

SENTENÇA TIPO "C"

**PROCESSO:** 1072325-04.2022.4.01.3400

**CLASSE:** TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE (12135)

**POLO ATIVO:** MARCIO JERRY SARAIVA BARROSO e outros

**REPRESENTANTES POLO ATIVO:** EGBERTO MAGNO DOS SANTOS DE JESUS - MA16855 e RODRIGO PIRES FERREIRA LAGO - MA6148

**POLO PASSIVO:**CARLA ZAMBELLI SALGADO

**SENTENÇA**

Cuida-se de tutela antecipada antecedente ajuizada por MARCIO JERRY SARAIVA BARROSA E OUTROS em face de CARLA ZAMBELLI SALGADO objetivando a suspensão imediata da eficácia da autorização para porte de arma de fogo da demandada.

Procurações juntadas aos autos, fls. 15/17, Id. 1380592275 a 1380592290.

É o relatório. **DECIDO.**

Pretendem os autores “seja concedida a medida Tutelar Antecipada em Caráter Antecedente, determinando-se à União Federal, por meio de seu Órgão emissor da licença de porte e de posse de armas, a imediata suspensão da posse e porte de arma da Requerida, até o julgamento do pedido de tutela final”.

Entendo, contudo, que o feito não tem condições de prosseguir.

# MINUTO BARRA

No caso, os autores não apontam interesse jurídico próprio nas medidas requeridas, tampouco possuem legitimidade para pleitear em nome próprio interesse alheio.

Por essa razão, **RECONHEÇO** a ilegitimidade dos autores, **INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e NÃO RESOLVO O MÉRITO**, com base no art. 330, II, c/c o art. 485, I, do CPC.

Custas *ex lege*.

Havendo recurso de apelação, à parte recorrida para contrarrazões. Apresentadas preliminares nas contrarrazões, vista ao apelante. Tudo cumprido remetam-se ao TRF.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 03 de novembro de 2022.

*(assinado eletronicamente)*

**LIVIANE KELLY SOARES VASCONCELOS**

Juíza Federal Substituta da 20ª Vara/SJDF